



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

026

**EMBARGOS DECLARATÓRIOS Nº 0179449-6/01**  
**EMBARGANTE:** NIVALDO BEZERRA DE MENEZES E OUTRO  
**EMBARGADO:** ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRO  
**RELATOR:** Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO  
**ÓRGÃO JULGADOR:** SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

**EMENTA - PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. INOCORRÊNCIA. ARTIGO 191, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. IMPOSSIBILIDADE DE APLICÁ-LO AOS AUTOS. LITISCONSORTES COM OS MESMOS PROCURADORES. OCORRÊNCIA DE ERRO MATERIAL. EQUÍVOCO NA TRANSCRIÇÃO DE DATA EXPOSTA NA EMENTA DO ACÓRDÃO EMBARGADO. ACLARATÓRIOS PARCIALMENTE ACOLHIDOS À UNANIMIDADE.**

1- No que tange a arguição de que houve omissão na decisão que rejeitou o recurso de apelação, observo que não merece guarida, porquanto tal dispositivo não pode ser aplicado aos recorrentes, em virtude dos mesmos não possuírem procuradores distintos.

2- Por sua vez, no que pertine a pretensão dos recorrentes de retificar a data exposta na ementa do acórdão embargado, observa-se que merece amparo, pois, apesar de ter exposto na fundamentação da decisão atacada que o prazo para a interposição do recurso de apelação proposto pelos agravantes se findava em 18/08/2008, observo que na ementa do acórdão houve um erro material ao se grafar que o fim de tal prazo se dava em 18/08/09.

3- Sendo assim, tendo que merecer ser acolhido o questionamento dos embargantes, a fim de reconhecer que o esgotamento do prazo para o recurso de apelação em apenso se deu 18/08/2008, e não em 18/08/2009.

4- Embargos Declaratórios parcialmente acolhidos, à unanimidade.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos Declaratórios nº 0179449-6/01, em que é embargante o **NIVALDO BEZERRA DE MENEZES E OUTRO** é embargado o **ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRO**, acordam os Exmos. Srs.



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

027

Desembargadores componentes da Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **ACOLHER PARCIALMENTE** os presentes Embargos de Declaração na forma do relatório, votos e das notas taquigráficas, anexos que passam a integrar o presente julgado.

Recife,

09/02/2010

  
**Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO**  
Relator



023

**Poder Judiciário**  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

**EMBARGOS DECLARATÓRIOS Nº 0179449-6/01.**  
**EMBARGANTE:** NIVALDO BEZERRA DE MENEZES E OUTRO  
**EMBARGADO:** ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRO  
**RELATOR:** Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO  
**ÓRGÃO JULGADOR:** SÉTIMA CÂMARA CÍVEL.

**RELATÓRIO**

O Sr. NIVALDO BEZERRA DE MENEZES e TEREZINHA FARIAS GONÇALVES, já qualificados nos autos, ingressaram com os embargos declaratórios de acórdão que reconheceu, em sede de preliminar, a intempestividade do recurso de Apelação nº 0179449-6 interposto pelos mesmos.

O embargante alega, inicialmente, que houve contradição e omissão na decisão fustigada, em razão do órgão julgador não ter observado a regra disposta no artigo 191, do Código de Processo Civil.

Ademais, os recorrentes alegam, ainda, que na ementa do acórdão embargado houve um equívoco na transcrição da data de esgotamento do prazo para a interposição do mencionado recurso de apelação, vez que no dia 18/08/2009, como consta na citada ementa, não ocorreu nenhum fato relacionado com os autos.

Nesse andar, os agravantes requerem que, os presentes aclaratórios sejam recebidos, e que haja a retificação da data final para a interposição do recurso de apelação em anexo, uma vez que na ementa consta o dia 18.08.2009, ao invés de 18.08.2008.

Devido a possibilidade de efeitos infringentes, às fls. 18, a parte embargada foi intimada para responder aos Declaratórios.

O recorrido apresentou contra-razões, às fls. 24/27, perquirindo, sucintamente, pelo improvimento do presente recurso.

É o relatório.

Recife, 09/08/2009.

**JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO**  
- Desembargador Relator -



029

**Poder Judiciário**  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

**EMBARGOS DECLARATÓRIOS Nº 0179449-6/01**

**EMBARGANTE:** NIVALDO BEZERRA DE MENEZES E OUTRO

**EMBARGADO:** ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRO

**RELATOR:** Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

**ÓRGÃO JULGADOR:** SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

**VOTO:**

Trata-se de embargos declaratórios interpostos contra alegada omissão e contradição no acórdão que, reconheceu a intempestividade do recurso de apelação interposto pelo Sr. Nivaldo Bezerra de Menezes e pela Sra Terezinha Farias Gonçalves.


Compulsando os autos, vislumbro que a pretensão dos embargantes merece prosperar parcialmente, senão vejamos.

Quanto a arguição de que houve omissão na decisão guerreada ao desconsiderar o artigo 191, do Código de Processo Civil na aferição da tempestividade do mencionado recurso de apelação, observo que não merece guarida.

Isso porque, o citado dispositivo legal prevê prazo em dobro para contestar, recorrer e, de modo geral, para falar nos autos, para os litisconsortes com procuradores diferentes. Nesse contexto, verifica-se que tal artigo não pode ser aplicado na hipótese dos autos, vez que os recorrentes não possuem procuradores distintos, consoante se depreende das procurações particulares juntadas aos autos em apenso às fls. 35/36.

Destarte, em razão dos recorrentes terem constituído os mesmos procuradores para atuarem na defesa de seus direitos, quais sejam, os Drs. Sílvio Hock Paffer (OAB-PE 2.028) e Sérgio Pinheiro Paffer (OAB-PE 16.235), tenho que a prerrogativa do prazo em dobro não deverá ser aplicada aos mesmos.

A fim de ratificar a tese exposta acima, colaciono precedentes do nosso Superior Tribunal de Justiça:

 **EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. INEXISTÊNCIA DE PRAZO EM DOBRO. LITISCONSORTES DO AGRAVANTE SEM REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL NOS AUTOS. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.**



030

**Poder Judiciário**  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

- Para concessão do prazo em dobro, não basta a existência de litisconsortes; é necessário que estes estejam representados no processo por procuradores diferentes, o que não é a hipótese dos autos.

- Agravo regimental improvido.

(AgRg no Ag 519.676/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 09/06/2009, DJe 22/06/2009)

**EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL INTEMPESTIVO. ART. 191 CPC. PRAZO EM DOBRO. INAPLICABILIDADE. FERIADO LOCAL. NÃO-COMPROVAÇÃO NO ATO DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO.**

**1. O prazo em dobro para recurso, preconizado pelo art. 191 do Código de Processo Civil, somente incide quando, havendo litisconsortes com procuradores diferentes, todos eles possuíam interesse em recorrer da decisão prolatada.**

**2. Na ocorrência de feriado local, paralisação ou interrupção do expediente forense por ato normativo da Justiça do Estado, cumpre ao recorrente, quando da interposição do recurso, apresentar documento idôneo comprobatório de tal fato para efeito de seu conhecimento.**

**3. Agravo regimental desprovido.**

(Original sem Grifos)

(AgRg no Ag 970.310/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 02/10/2008, DJe 28/10/2008)

Por sua vez, no que tange a pretensão dos recorrentes de retificar a data exposta na ementa do acórdão embargado, data esta referente ao término do prazo para a interposição do recurso de apelação, observo que merece amparo

Em que pese ter exposto na fundamentação da decisão combatida que o prazo para a interposição do recurso de apelação proposto pelos recorrentes se findava em 18/08/2008, observo que na ementa do acórdão houve um erro material ao afirmar que o fim de tal prazo se dava em 18/08/2009.

Deste modo, tenho que merece ser acolhido o questionamento dos embargantes, a fim de, corrigindo o erro material, declarar que o esgotamento do prazo para o recurso de apelação em apenso se deu em **18/08/2008, e não em 18/08/2009.**

Ante as razões acima esposadas, **VOTO** pelo acolhimento parcial dos embargos declaratórios interpostos pelo Sr. Nivaldo Bezerra de Menezes e Outro, para



030-A

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo**

retificar a data exposta na ementa do acórdão recorrido, referente ao fim do prazo para a interposição do recurso de apelação cível, de 18/08/09 para 18/08/08.

É o meu voto Srs. Desembargadores.

Recife, 09/02/2010

  
**JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO**  
- Desembargador Relator -